



Eleições brasileiras de 2018: A catástrofe perfeita?

por Sonia Corrêa



SEXUALITY
POLICY
WATCH

Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita?

Sonia Corrêa¹

Não há como diminuir o tamanho da catástrofe que aconteceu ao Brasil... Temos o líder mais extremista de todas as nações democráticas, e precisamos torcer para que a situação continue a ser essa: afinal, talvez não estejamos mais entre as nações democráticas em breve... Se já há o medo, a liberdade não é a mesma. Se há a preocupação de não provocar uma reação desmesurada do lado do poder, a liberdade não é mais a mesma. Hoje já amanhecemos menos livres. (Celso Rocha de Barros, Folha de São Paulo, 29 de outubro de 2018)

Tempo de luto

Política é razão e afeto. Por isto, escrever sobre o que ocorreu nas eleições brasileiras de 2018 é tarefa dolorosa. Tendo observado no país por tantos anos a maturação de políticas cada vez mais conservadoras sobre aborto, sexualidade e gênero, não fiquei exatamente surpresa com o resultado. Contudo, a materialização durante o processo eleitoral de múltiplas formações de direita ativas e raivosas, as cenas de comemoração pós-vitória e o conteúdo dos discursos do candidato presidencial eleito me lançaram numa terra desconhecida.

Enquanto processava esse sentimento perturbador, li e reli vários artigos clássicos sobre o Fascismo, como por exemplo, o [artigo magistral de Umberto Eco](#) e as análises notáveis sobre a eleição de Trump, em 2016. Uma delas me tocou profundamente: [Time for Refusal](#), de Teju Cole, na qual o autor resgata a peça de Ionesco “Os Rinocerontes” em que as pessoas que vivem uma aldeia são transformadas em rinocerontes, como uma metáfora da difusão gradual do fascismo:

Quase todos sucumbem: aqueles que admiravam a força bruta dos rinocerontes, aqueles descrentes do que estavam vendo, e aqueles que inicialmente se alarmaram. Um personagem, Dudard, declara: Se você vai criticar, é melhor fazê-lo por dentro". E assim, ele voluntariamente sofre a metamorfose, e não há caminho de volta para ele.

Ao citar Cole, não quero sugerir que estamos vivenciando no Brasil um estágio maduro do fascismo, muito menos que todas e todos os eleitores de Bolsonaro sejam fascistas. As condições atuais são decididamente mais complexas e borradas. No entanto, senti fisicamente a rápida e “absurda” mutação da esfera pública, tal como retratada na peça,

e isso é assustador. Como as personagens de Ionesco, também percebi que a ‘terra desconhecida’ onde me encontro agora sempre esteve ali, à espreita, instalada no conservadorismo social relativamente inercial, não transformado por décadas de democratização. Assim como no título do [artigo](#) do escritor Bernardo Carvalho, o problema não é Bolsonaro. O problema somos “nós”, a sociedade como efeitos das camadas profundas e entrincheiradas de racismo, classismo, heteropatriarcalismo e autoritarismo ([em espanhol](#)) agora ativadas e convertidas em retórica e em ação que não são só visíveis, mas, muitas vezes, virulentas.

Desde a semana passada, estive dividida entre a ansiedade por entender melhor o que nos trouxe até aqui e momentos profundos de pesar. Assim como minha querida amiga, a [filósofa feminista Carla Rodrigues](#), estou enlutada pelo que já foi perdido, pelas perdas que estão por vir e, principalmente, pela potencial carnificina anunciada pelos recém-eleitos, inclusive o próprio presidente, como “solução” para o crime e a violência.

Embora essas ondas de estranhamento, perda e tristeza não devam ser obliteradas, é também vital para podermos reexistir² que a estrada que nos trouxe até aqui seja examinada com razoabilidade.

Traços sistêmicos

São múltiplas e complexas as condições e trajetórias que nos trouxeram ao que Celso da Rocha Barros retratou como a “catástrofe política das eleições brasileiras de 2018”. Anos se passarão antes que sejam plenamente compreendidas. Entretanto, no texto que foi originalmente escrito para o público internacional, alinhabei concisamente dimensões e processos que me parecem incontornáveis para melhor compreensão do contexto nacional, especialmente para quem não vive no país. Esse voo de pássaro é certamente incompleto e parcial para o público brasileiro.

Nele, incluí como tendências estruturais que devem ser consideradas como pano de fundo de longo prazo da cena eleitoral de 2018 os padrões de desigualdade e de violência estrutural que permaneceram sem solução após três décadas de consolidação democrática, em particular a violência pela dor e percepção, real e fabricada, da desordem que produz. Outra dimensão desse pano de fundo é, sem dúvida, a longa e muito enraizada cultura de corrupção política. Tão ou mais importante, é o longo curso de crescimento e sedimentação do dogmatismo moral religioso, particularmente em sua [expressão evangélica](#), mas não exclusivamente, uma vez que a restauração conservadora católica pós anos 1980 afetou profundamente a igreja e o fiéis brasileiros. Não menos importante, tal como apontado por José Eustáquio Diniz em [artigo recente](#),

são as taxas de crescimento econômico do país baixas e não sustentáveis desde os anos 1980 e, mais especialmente, a recessão pós 2014, acentuada em 2016, que devastou o emprego e a renda dos setores mais pobres e, mais especialmente, tal como [analisado por Lavinias e Gonçalves](#), impulsionou o deslocamento das classes médias para a direita.

Tampouco é possível contornar as legítimas frustrações dos amplos setores da sociedade com o PT, em particular em razão da corrupção, um tema que, nas Jornadas de 2013, irrompeu no debate político em associação com outras reivindicações como mobilidade urbana, educação e saúde, para ser em seguida capturado e tornado hiperbólico pelas formações de direita que ganharam impulso nos protestos de 2015-2016 em torno do impeachment de Dilma Rousseff. A irascível propaganda antipetista que foi então urdida, se tornaria a espinha dorsal da estratégia eleitoral de Bolsonaro. Finalmente, mas não menos importante, está o fato da campanha eleitoral de Bolsonaro ter sido feita quase totalmente por via cibernética tendo como principal suporte o WhatsApp. Essas características, embora não exclusivas, – pois também marcaram o Brexit e a eleição de Trump -- tiveram no Brasil uma escala inédita de ampla repercussão nacional e internacional. As implicações legais e políticas dessa nova realidade tampouco foram totalmente elucidadas e compreendidas.³

Quando situada no cenário global, a guinada política mais à direita que se deu nas recentes eleições brasileiras é drástica, mas está longe de ser excepcional. Ela não pode ser totalmente compreendida se não for situada na cartografia da contínua neoliberalização global da economia e dos modos de vida. Do ponto de vista interno, tampouco pode ser considerada uma surpresa, uma vez que convivemos com os sinais de uma restauração conservadora pelo menos desde meados da década de 2000, quando se tornaram mais palpáveis e de forma bastante significativa no âmbito dos debates legais e das políticas públicas referentes ao direito ao aborto e aos direitos sexuais.⁴

Penso, contudo, que se agora esse domínio de questões irrompeu de maneira feroz no centro da campanha eleitoral, especialmente na espiral discursiva em torno da diáde ‘ideologia de gênero-comunismo’, tais temas não eram vistos como politicamente relevantes pela maioria dos atores e observadores das chamadas correntes principais.⁵ Hoje, entretanto, para compreender totalmente a gradual, mas firme guinada para a direita da política brasileira, não é possível mais desconsiderar transformações que tiveram lugar nas ordens de gênero e sexualidade no decorrer da reconstrução democrática e na contramão das camadas entrincheiradas de desigualdade e

conservadorismo que mencionei acima e que, como bem sabemos, devem ser pensadas em suas interseções com o racismo. Essas transformações são mensuráveis através de indicadores sócio-demográficos -- tais como, níveis de educação feminina e participação no trabalho, declínio da fecundidade e mudanças profundas nas estruturas familiares --, mas também no âmbito jurídico e legal e, sobretudo, de novos modos e expressões de estar no mundo da vida. As formações autoritárias e de direita que tomaram corpo na paisagem política brasileira ao longo dos últimos cinco anos devem ser lidas como reação a essas transformações, mas não podem ser plenamente compreendidas se não forem situadas em relação às outras dimensões sistêmicas resumidas acima.

As reflexões que se seguem são preliminares e incompletas. Localizam o Brasil no panorama global do que algumas autoras e autores tem chamado de desdemocratização. Em seguida, exploram tentativamente, como em 2018, as tendências de longo curso, em especial o alargamento do neoliberalismo que se cruzou com a fórmula da ideologia de gênero, configurando uma pedra angular da dinâmica eleitoral.

Desdemocratização, capitalismo tardio e políticas antigênero

Trilhas sinuosas

Após as eleições norte americanas de 2016, o SPW publicou uma [nota](#) sublinhando que, sem minimizar o peso da hegemonia norte-americana, a chegada de Trump ao poder não deveria ser interpretada como excepcional, mas como um novo capítulo numa cadeia de restaurações conservadoras, ou transformações antidemocráticas, que tem varrido o mundo há algum tempo. Naquele momento, várias e vários analistas escreveram sobre o fim da excepcionalidade democrática norte-americana, inclusive Paul Krugman que, em sua primeira avaliação do 9 de novembro, ousou perguntar: "*Devemos considerar os EUA um estado e uma sociedade falidos?* "

Olhando retrospectivamente e recuperando esta cadeia de mudanças rumo ao autoritarismo ou à desdemocratização, independentemente de sua orientação ideológica, penso que ela se inicia no 11/9/2001 e na subsequente "guerra ao terror" que, tal como analisado por grande número de autoras e autores, significaria uma ruptura com o ciclo de democratização que havia começado ao final da década de 1970 e que parecia ter florescido plenamente após o fim da bipolaridade da Guerra Fria (1989-1991). De uma perspectiva latino-americana vale lembrar que, por exemplo, em 2001 houve uma tentativa de golpe de direita na Venezuela. A partir de uma perspectiva latino-americana, é preciso lembrar que, por exemplo, em 2001 houve uma tentativa de golpe pela direita na Venezuela e, em seguida Putin e Erdogan, dois ícones atuais da política autocrática, chegaram ao poder.

Ao final da década, flagrantes regressões democráticas aconteceram em Honduras (2009) e no Paraguai (2012), e Viktor Orbán foi eleito premier na Hungria (2010). A partir de 2013, esses retrocessos se intensificariam. A primavera árabe se dissolveu sob as sombras da guerra e do regime Sissi, no Egito. Os efeitos simbólicos dessa debacle da democracia extrapolaram as fronteiras regionais e cruzaram o espectro político.⁶ Em 2014, o Partido Nacional Hindu (BJP) venceu as eleições na Índia e Orbán foi reeleito na Hungria. Na Nicarágua, Daniel Ortega reformou a constituição para garantir a reeleição perene, enquanto a violência e a coerção do Estado contra a oposição aumentaram na Venezuela. Em 2015, um governo extremamente conservador foi eleito na Polônia. Em 2016, ao “golpe parlamentar” que impugnou Dilma Rousseff no Brasil (antessala das eleições de 2018), seguiram-se à eleição de Rodrigo Duterte nas Filipinas, o referendo sobre o Brexit, o estado de exceção estabelecido por Erdogan na Turquia, a derrota do Acordo de Paz na Colômbia e, por último, mas não menos importante, a eleição de Trump.

Esta tendência não arrefeceu nos últimos dois anos. Se nas recentes eleições francesas, alemãs e suecas, as forças ultradireitistas ganharam musculatura, na Itália elas venceram. Na América do Sul, candidatos de direita foram eleitos no Chile e na Colômbia (neste último caso em conexão direta com a derrota do Acordo de Paz). Na Costa Rica, um partido evangélico quase elegeu seu candidato à presidência enquanto, na Nicarágua, o regime de Ortega-Murillo instalou uma feroz violência estatal contra a dissidência política.

É importante lembrar que, para além desta trilha mais visível de eventos de democratizantes, outras regressões ocorreram que não captam a atenção da grande mídia e de observadores *mainstream*, como o recentíssimo golpe ocorrido no Sri Lanka, que interrompeu incipientes esforços de reconstrução democrática após uma sangrenta guerra civil. Por outro lado, a tendência contínua de inclinação à direita e ao autoritarismo dá confiança a regimes autocráticos antigos e consolidados que não serão incomodados.

Após os resultados eleitorais de 28 de outubro, o Brasil aderiu plenamente a esse ‘bonde’ e não é uma peça menor no dominó global da desdemocratização. Como observado pelo CELAG ([texto em espanhol](#)), a América Latina se vê agora espremida entre poderes de direita que governam os “dois grandes”. Da perspectiva mais ampla do Sul global, o BRICS, que inicialmente combinava regimes autoritários ou autocráticos

(China e Rússia) e democracias (Brasil, Índia e África do Sul), está agora quase inteiramente antidemocrático, mesmo quando líderes políticos e a imprensa dos países que o compõem já terem expressado suas preocupações e desconforto com a eleição de Bolsonaro (ver [compilação de artigos em inglês](#)). Falando em BRICS, vale lembrar que, ao longo do ciclo descrito acima e ao consolidar sua posição geoeconômica global, a China também restaurou gradualmente controles estatais mais rigorosos sobre atividades políticas, fazendo com que as previsões de meados dos anos 2000 de que haveria então uma liberalização política gradual impulsionada pelas forças do mercado, soem hoje como ilusão. Neste mapa global redesenhado, pouquíssimas âncoras da política democrática que ganharam corpo globalmente após os anos 1970-1980 permanecem intactas.

Desdemocratização facilitada

Com pouquíssimas exceções, essas vertentes desdemocratizantes ou abertamente autoritárias, se materializaram através de ‘procedimentos democráticos’. Além disso, nem todos os sistemas políticos listados acima são claramente repressivos e brutais. A maioria deles pode ser descrita como uma democracia formal e funcional. Nem todos os seus líderes são grotescos como Trump, Bolsonaro ou Duterte. Vários deles se sustentam no poder através de meios menos duros, como o aniquilamento gradual de concorrentes políticos e métodos mais sutis para silenciar dissidentes. Alguns são bastante esclarecidos.⁷

É hoje vastíssima a literatura que examina democracias do presente e do passado para compreender como elas podem se deteriorar ou, de fato, se deterioraram, tornando-se autocracias, ditaduras e regimes fascistas. Embora não seja possível recuperar a riqueza dessa vasta produção, uma das chaves de interpretação é produtiva para explorar o cenário brasileiro pré e pós-eleitoral: o exame crítico da interseção entre capitalismo tardio, democracia e desdemocratização.

Um argumento central dessa linha de argumentação é que o capitalismo, em sua atual conformação neoliberal e financeira, em que pesem as premissas liberais clássicas, não depende ou muito menos assegura ambientes políticos democráticos. O neoliberalismo é altamente adaptável. Foi ‘testado’ na ditadura católica de Pinochet, para depois ser transportado para os mais diversos ambientes políticos ao redor do mundo, incluindo a China ‘comunista’. Achille Mbembe, em um [pequeno artigo](#) publicado em 2016, vai além, sugerindo que essa formação econômica é incompatível com a democracia.⁸

Scott Long, ao analisar a eleição de Trump em 2016, também abordou a sombra neoliberal que paira sobre as perdas democráticas dos dias atuais, enfatizando suas características de grilagem e extrativismo para concluir que, sendo assim, não é surpreendente que a máquina mais poderosa da economia mundial (EUA), seja agora governada por um magnata do setor imobiliário, que "*exercita uma versão grotesca da propriedade privada como pura performance*". Chamando atenção para o rastro de esgotamento de terras e recursos que resultou da expansão neoliberal, Long observa ainda que a Amazônia é um dos poucos territórios ainda inexplorados por seu ímpeto furioso de acumulação.⁹

Ultra neoliberalismo e a cruzada antigênero

A observação de Long me traz de volta ao Brasil, onde o filósofo político Vladimir Safatle, em uma de suas perspicazes avaliações da montanha-russa eleitoral de 2018, observou que os ativos públicos brasileiros que, apesar de muita pressão, escaparam da privatização, aos quais devemos adicionar a Amazônia, são alvos das poderosas forças de mercado que apoiaram Bolsonaro de maneira crescente a partir de 2017. Para ele, no centro da tempestade eleitoral brasileira, está uma agenda econômica neo-Pinochetista, mesmo quando esta vitória tenha sido impulsionada por discursos anticorrupção, antipetistas e pela retórica moral fanática a respeito de gênero, sexualidade e aborto, disseminados através de uma vasta e eficiente máquina cibernética.

Neste contexto de análise, é importante lembrar que o regime de Pinochet também esteve intimamente aliado aos setores ultraconservadores da Igreja Católica e impôs uma moral rígida à sociedade chilena, inclusive a completa criminalização do aborto. Embora se possa argumentar que tal contubérnio seja típico de regimes ditatoriais, Wendy Brown mostrou, em *The American Nightmare* (O Pesadelo Americano), como essas duas formações – neoliberalismo e conservadorismo moral e social - se entrelaçam no capitalismo tardio, mesmo em condições ditas democráticas. Em seu escrutínio sobre os EUA na era Bush, ela examina criticamente como uma racionalidade baseada na desregulamentação e amoralidade (neoliberalismo) e uma racionalidade baseada na regulação e moralidade (neoconservadorismo), que parecem não ter muitas afinidades, se tornaram profundamente imbricadas, produzindo sujeitos políticos que, indiferentes à verdade, à liberdade política e à igualdade, tendem a aderir facilmente às agendas políticas antidemocráticas.¹⁰

Este entrelaçamento não é tão flagrante como o é nos EUA, onde essas conexões têm sido construídas por muitas décadas. Em todo o mundo, os efeitos prejudiciais do

neoliberalismo, traduzidos em desigualdade e exclusão, criaram, de fato, ambientes desfavoráveis do ponto vista econômico e social, nos quais a desdemocratização pode prosperar. Mas nem em todas as situações em que esses efeitos são palpáveis surgiram o populismo de direita e formações profascistas. Os fundamentos hierárquicos, androcêntricos (quando não francamente patriarcais), homofóbicos e disciplinares da política religiosa e secular sobre a moralidade são funcionais às mais variadas formas de ordens autocráticas e autoritárias. No entanto, nem todas as sociedades sujeitas a esses regimes foram tão profundamente penetradas pelas racionalidades neoliberais. O contexto sempre importa.

Da mesma forma, seria inadequado concluir que a cruzada contra a “ideologia de gênero”, construída pelo Vaticano desde os anos 1990 ([CORRÊA, 2018](#); [MISKOLSCI E CAMPANA, 2017](#); [MISKOLCI E PEREIRA, 2018](#),), propagada na Europa e na América Latina desde o começo dos anos 2010 ([CORREA, PATERNOTTE E KUJAR, 2018](#)), e que esteve no vórtice eleitoral brasileiro, seria apenas funcional aos interesses e racionalidades ultra neoliberais. Em primeiro lugar, porque enquanto fabricação do Vaticano, esta cruzada tem razões próprias e objetivos específicos de longo prazo, que podem ou não coincidir com os interesses ultra neoliberais. Embora predominantemente aliada às forças direitistas, a cruzada antigênero não raramente se associou ao lado esquerdo do espectro político¹¹, inclusive na América Latina, onde promove amplamente a bandeira de que “gênero” é a nova face do comunismo, do Castro-Chavismo ou, no Brasil, do Petismo.

Por outro lado, as formações religiosas e seculares de caráter ecumênico e as estratégias adaptáveis pelas quais a cruzada antigênero está sendo implementada criam, de fato, condições favoráveis para que as racionalidades conservadoras e neoliberais se imbriquem, se fertilizem mutuamente e capturem de maneira mais eficaz corações e mentes. Ainda que tentativamente, ousa dizer que esse é exatamente o caso do Brasil.

“Gênero como comunismo”: uma política de arranjo e colagem

A antropóloga Isabela Oliveira Kalil e sua equipe fizeram uma análise perspicaz dos tipos ideais de apoiadores ativos de Bolsonaro, a cujo relatório este ensaio se soma. Com o título [“Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”](#), o trabalho conclui que uma parte substantiva deste eleitorado compartilha visões ultraliberais sobre a privatização e um feroz repúdio ao aborto e à “ideologia de gênero”. Este posicionamento transparece através de uma série de convicções: o livre mercado é sinônimo de democracia; o estado é corrupto, mas o setor privado não é; restrições

legais de política pública de caráter moral não são antidemocráticas, na realidade constituem uma barreira à intervenção do estado na privacidade e na vida familiar. Nesta nebulosa, a corrupção é um significativo flutuante associado simultaneamente à política, à moralidade e à crítica da proteção do Estado -- em particular às ações afirmativas -- como obstáculo para conquistas individuais através do mérito. Os e as “cidadãs de bem”, figuras centrais na política do campo Bolsonarista, são aquelas e aqueles que lutam em todas essas frentes, ainda que de modo intercambiável.

As peças econômicas desse arranjo entraram em circulação no país através da produção feita pelo grupos social-conservadores e ultraliberais como o Movimento Brasil Livre (MBL) e outros grupos “liberais” que ganharam força ao longo dos últimos anos. Sua absorção mais ampla foi certamente favorecida pela penetração gradual, desde os anos 1980, da lógica neoliberal no próprio tecido social e, mais significativamente, pela influência capilar da teologia neopentecostal da prosperidade, cujos porta-vozes e fiéis constituem, proporcionalmente, o maior grupo religioso eleitor de Bolsonaro ([confira aqui](#)). Com base no artigo de Fernando Serrano, “[A tempestade perfeita: ideologia de gênero e a articulação de públicos](#)” -- e cujo título inspirou o título deste ensaio -- que analisa a erupção da “ideologia de gênero” no Referendo sobre o Acordo de Paz na Colômbia-- penso que o amadurecimento final desse arranjo em direção a uma língua franca¹², agora compartilhada por um grande número de seus 50 milhões de eleitores, ocorreu *on spot*, no encontro dos públicos altamente heterogêneos que gradualmente aderiram à candidatura de Bolsonaro nos últimos meses.

A esse respeito, discordo da análise de Safatle quando este sugere que a agenda moral conservadora de Bolsonaro poderia ser lida como uma cortina de fumaça ocultando a drástica neoliberalização da economia e da sociabilidade que está no cerne de seu programa político. Embora ainda se façam necessárias maior elaboração e uma revisão mais aprofundada de dados empíricos, usando a lente de Andrea Peto ([em inglês](#)), minha hipótese é de que nesse processo de amadurecimento o dispositivo da “ideologia de gênero” operou como cola simbólica agregando os conteúdos díspares do arranjo, assim como potenciais seguidores. Essa cola não amalgamou exclusivamente conteúdos e atores hostis às questões da sexualidade, gênero e aborto, mas também e, talvez mais significativamente, amalgamou os elementos dispersos relacionados à outra face deste dispositivo: o espectro do comunismo. Na Colômbia, como analisado por [Franklin Gil](#), o ataque de 2016 à “ideologia de gênero” no referendo sobre o Acordo de Paz pavimentou o caminho para a demonização da esquerda nas eleições de 2018. No Brasil, “gênero como comunismo”, e vice-versa, flutuaram livremente no denso espaço cibernético da campanha, cada um desses elementos alimentando a

imaginação política e a adesão de diferentes grupos de potenciais eleitores. Se “ideologia de gênero” forneceu a cola para juntar as muitas formas de ‘corrupção moral’, “comunismo” funcionou como um significante de “coisas ruins” (corrupção, petismo, proteção do Estado em detrimento do mérito) que vão ser “varridas” quando a administração que se instala em janeiro de 2019 implementar suas políticas individualistas, privatizantes e amplamente favoráveis às forças do mercado.

E agora?

Como observado por vários analistas, os componentes econômicos do programa ultraliberal de Bolsonaro não podem ser implementados rapidamente, pois estão condicionados a muitas externalidades: negociações complicadas no Congresso, fluxos de investimento e as próprias condições da economia global.¹³ Em contraste -- para recuperar um título que usamos na tradução em português do [relatório](#) SPW de 2004 a respeito das políticas de Bush sobre sexualidade -- o Kamasutra de Bolsonaro, as muitas posições em sexo e gênero, são mais facilmente traduzíveis em diretrizes de políticas e marcos legais, inclusive porque regressões nesses terrenos estão em andamento há bastante tempo. O presidente Bolsonaro está compelido a cumprir de imediato o que prometeu a seu vocal e enérgico eleitorado e, portanto, não é difícil prever que o terreno de gênero, sexualidade e aborto será imediatamente “bombardeado”. Isso pode já ser ilustrado, entre outros exemplos, pela pauta proposta pelo grupo evangélico no Congresso para a nova administração e a próxima legislatura.¹⁴

A sombra da normalização que paira no horizonte não é um aspecto menor dos riscos e dificuldades que se anunciam. Diferentemente dos EUA, onde a normalização começou depois que Trump foi eleito, no Brasil, os apelos à normalização precederam a vitória de Bolsonaro. Desde o resultado do primeiro turno, uma ampla gama de analistas políticos, em sua maioria localizados no centro liberal do espectro político, passou a articular a interpretação de que Bolsonaro, mesmo não sendo um presidente ‘desejável’, seria domesticado pela dura realidade do exercício de poder e pelos mecanismos de controle brasileiros, considerados sólidos por esses observadores. Embora esses pontos de vista tenham sido contestados sob vários ângulos, inclusive apontando para a atual fragilidade dos marcos institucionais brasileiros, esses apelos não arrefeceram. Ao invés disso, em apenas dez dias, uma grande variedade de atores já começou a acomodar-se às novas condições políticas.

Um efeito deletério da expansão dessa tendência de normalização é que ela tende a obscurecer, ou mesmo ocultar a dura realidade: nas condições atuais, discursos e intervenções antidemocráticas, autoritárias e violentas não serão exclusivamente encenados por atores estatais, mas sim por forças agora autorizadas do tecido social e institucional. Exemplo disto é a série de ameaças e ataques à “ideologização da educação”, que desde 28 de outubro tiveram como alvo instituições acadêmicas e do ensino médio e que tem sido noticiados [nacional](#) e [internacionalmente](#). Devemos perguntar: Estão preparadas e habilitadas as instituições de defesa dos princípios constitucionais e da democracia a responder com agilidade a essa violência e ameaças de caráter errático, vindas de todos os quadrantes? Como esperar que essa resposta institucional seja ágil e consistente quando há no aparato jurídico hoje um número razoável de atores e atrizes explicitamente alinhados com a cruzada antigênero em suas muitas traduções.¹⁵

Portanto, mesmo em luto, não podemos deixar de nos preparar.

Post scriptum

Muita água correu por debaixo da ponte desde que este ensaio foi publicado em português e inglês em novembro de 2018. Todavia não é possível fazer uma descrição detalhada da situação brasileira em fevereiro de 2019, considerando que o novo governo já tomou posse. Mas é pelo menos necessário mencionar que o novo presidente incluiu a "luta contra a ideologia de gênero" em seu discurso inaugural e definiu que forças anti-gênero foram instaladas no núcleo do governo, que contam com três ministérios. O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (uma nova estrutura que mesclou as Secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as mulheres e acrescentou a família) é dirigida por uma pastora evangélica. A nova ministra anunciou imediatamente seu plano de tornar o Brasil um país sem aborto, e também se tornou internacionalmente conhecida por suas declarações de que "as meninas deveriam usar rosa e os meninos azul". O novo Ministro da Educação é colombiano, naturalizado brasileiro, com fortes laços desde sempre com o conservadorismo católico-ortodoxo, cujo programa é também "desideologizar" o sistema educacional (do marxismo e do gênero). Finalmente, o novo Ministro das Relações Exteriores tem como guia a instalação de uma visão "antiglobalização e cristã-judaica" na política externa brasileira e também mencionou o fim da ideologia de gênero em seu primeiro discurso. Entre muitos outros aspectos, isso significa que, de um lado, e de forma contrária às análises desenvolvidas por analistas mainstream, o repúdio visceral ao "gênero" não era simplesmente uma retórica de campanha, mas um componente estrutural da formação que hoje ocupa o poder. Por outro lado, isso também tornou "gênero" um assunto inevitável do debate político no sentido macroestrutural. Através de um caminho tortuoso e desastroso, as questões de gênero, sexualidade e aborto deixaram de ser questões laterais, como haviam sido no

ciclo liberal e de esquerda nas últimas três décadas. O gênero é hoje uma chave de leitura essencial para entender como o ciclo democrático que começou nos anos 80 está se erodindo.

Tradução do texto original em inglês: Angela Freitas

Imagem de capa: Matéria e colagem em papel, Antoni Tapiés, 1991

Notas

¹ Sonia Corrêa é co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política (Sexuality Policy Watch/SPW). Hoje coordena um Projeto Latino Americano de Pesquisa sobre Políticas Antigênero na América latina.

² Reexistir é uma ressignificação da palavra resistir. Foi veiculada nas redes sociais nas últimas duas semanas e sua invenção é atribuída ao diretor de teatro José Celso Martinez Corrêa, que resistiu bravamente à ditadura militar.

³ Ver seção 7 do relatório "[Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro](#)", de autoria de Isabela Oliveira Kalil e sua equipe da FESPSP.

⁴ Ver [Mito vs. Realidade - Avaliando a Resposta Brasileira ao HIV em 2016](#) (ABIA, 2016); e [Aborto em debate na Câmara dos Deputados](#) (Cfemea, Ipas e SPW, 2016).

Um sinal de que essa "irrelevância" pode estar sendo finalmente superada são as declarações do economista Armínio Fraga na Folha de São Paulo do dia 12/11/2018 que viraram machete digital: "Mas ainda não sei muito o que dizer das implicações econômicas do conservadorismo cultural, que também está aí, desde a presença maior da religião até outros aspectos que são menos claros e alguns são difíceis —ah, vamos lá— são impalatáveis, falando diretamente... Questões ligadas a temas de minorias, de gênero, de raça. Aparece ali um peso maior para aspectos religiosos, e os outros temas, que pelos discursos históricos, certamente estão ameaçados. Que implicações econômicas isso têm também são perguntas importantes. Tudo isso está dentro de um caldeirão que pode esquentar.

⁶ Penso, por exemplo, que a chegada de Sissi ao poder por efeito de uma manifestação popular de 35 milhões mobilizou muito criativamente a imaginação de forças conservadoras e autoritárias ao redor do mundo. Um caminho "democrático" e muito mais palatável para chegar ao poder do que golpes ou quarteladas.

⁷ Ver [artigo](#) de David Leonhard sobre a Hungria no New York Times.

⁸ Segundo Mbembe: "O capital financeiro alcançou sua hegemonia no mundo ao incorporar o cerne dos desejos humanos e, no processo, transformando-se na primeira teologia secular global. Fundindo os atributos de uma tecnologia e uma religião, ela se baseou dogmas incontestáveis que as formas modernas do capitalismo relutantemente compartilharam com a democracia desde o período do pós-guerra - liberdade individual, competição de mercado e o papel da mercadoria e da propriedade, culto da ciência, tecnologia e razão... Em sua essência, a democracia liberal não é compatível com a lógica interna do capitalismo financeiro".

⁹ Ver [artigo](#) de Eliane Brum publicado no El País.

¹⁰ Ver BROWN, Wendy. "*American Nightmare*", In: *Political Theory* 34 (6): 690-714 (2006).

¹¹ Membros do Partido Socialista francês, grupos de base de esquerda na Itália e o ex-Presidente Rafael Corrêa, primeiro político de alto nível a atacar publicamente a "ideologia de gênero", em 2013 no programa de TV semanal em que teve interações diretas com a audiência.

12 Linguagem usada para a comunicação entre grupos de pessoas que falam diferentes línguas.

13 Limites também podem dificultar a agenda de segurança pública de Bolsonaro, porque alguns de seus itens, tais como menos restrições ao controle de armas e expansão do encarceramento, exigirão reformas legislativas que serão judicialmente contestadas.

14 O [“Manifesto à Nação: Brasil para os brasileiros”](#) contém as seguintes propostas para o próximo governo entre outras prioridades estão: as diretrizes para a educação estabelecendo que as políticas devem se concentrar no desenvolvimento tecnológico, basear-se no "mérito" e nos princípios da civilização judaico-cristã. O documento apoia as propostas de movimento “Escola sem Partido” e a proibição da “ideologia de gênero no sistema público de ensino”. Também apoia a diminuição de universidades públicas e da pesquisa, para canalizar recursos para o ensino básico e técnico universal.

15 Ver [“Brasil: Educação e Gênero sob ataque”](#), no SPW.